

## ESTADOS FALIDOS

# Fazenda prepara novo modelo de negociação

*Ministério analisa situação de cada governador e vai tratar de forma conjunta as dívidas em contratos e títulos e os empréstimos de emergência feitos pela Caixa no começo do ano*

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA — O Ministério da Fazenda prepara um novo modelo de negociação das dívidas dos Estados, em que se pretende tratar, de uma só vez, a dívida em contratos, a dívida em títulos e os empréstimos de emergência feitos pela Caixa Econômica Federal no início do ano. Assim, as dívidas receberão um tratamento global.

A situação de cada governador que bateu recentemente à porta do ministro Pedro Malan está sendo analisada caso a caso. A intenção do governo federal é oferecer uma solução que contemple todo o endividamento.

“Mas, para isso, serão analisados os avanços nos programas de ajuste, envolvendo providências como a privatização e os programas de dispensa voluntária”, explicou um assessor.

**Sem casuismo** — Embora a análise esteja sendo feita caso a caso, as soluções a serem oferecidas aos governadores ficarão restritas a um cardápio básico. “Não adotaremos uma medida específica para resolver a situação de um Estado, não haverá nada casuístico”, assegurou um assessor de Malan.

Não está descartada a hipótese de ser editada uma medida provisória

para tornar viável a renegociação das dívidas dos Estados. Na parcela da dívida onde o credor é a CEF, a prorrogação depende apenas da decisão da instituição. Mas, para as dívidas contratuais (em que o credor é o Tesouro), há impedimentos legais para alongar o prazo, reduzir as parcelas ou conceder a suspensão dos pagamentos. Qualquer medida dessas estaria em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a lei de rolagem das dívidas, a 8.727. A dívida contratual soma R\$ 46 bilhões. A dívida mobiliária (em que os Estados lançam títulos no mer-

cado para se financiarem) também deverá ser assumida pelo Tesouro. Hoje, ela é de R\$ 40 bilhões.

Boa parte dos pleitos de alívio financeiro, como os encaminhados pelo governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, e de Sergipe, Alba-

no Franco, poderão ser atendidos com uma prorrogação do prazo dos pagamentos à Caixa Econômica Federal (CEF). Esta hipótese estava sendo discutida ontem no Ministério da Fazenda.

A negociação com a CEF, porém, atenderá apenas a parte das dívidas estaduais. Poderão ser divididos os pagamentos das dívidas

relativas aos empréstimos concedidos no início deste ano, por intermédio de três linhas de crédito: para regularização de pagamentos em atraso, para demitir funcionários e para refinanciar empréstimos de Adiantamento de Receita Orçamentária (ARO). Esses empréstimos somam R\$ 1,3 bilhão.

Para os outros R\$ 46 bilhões de dívidas estaduais em contratos onde o credor é o Tesouro Nacional porém, não será possível renegociar os pagamentos, a menos que haja autorização legal.

O porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, disse ontem que “não é verdade que os governadores estejam articulando moratórias”. O que existe, segundo ele, é uma articulação do governo para prestar “o apoio financeiro necessário” aos governadores que desejam ajustar suas contas.

## BREVES

### Pesquisa NetEstado ainda recebe opiniões

A NetEstado, produto do Estado na Internet, ainda está realizando a pesquisa “Eleições e Cidadania” para identificar as prioridades dos eleitores. Eles são convidados a indicar três áreas de suas cidade que devem merecer mais atenção do próximo prefeito e apontar as medidas que devem ser adotadas. Há outras perguntas sobre propaganda eleitoral. A pesquisa, que tem apoio do InfoEstado e da Comdex Suceus, pode ser acessada de duas maneiras: com um clique no link abaixo do resumo das notícias do dia, na home page do Estado (<http://www.estado.com.br>), ou a partir do item “Eleições 96” na

**MALAN**  
ORIENTA  
ASSESSORES  
A AVALIAR  
PEDIDOS DE  
MORATÓRIA  
CASO A CASO